

DEPARTAMENTO
FACULDADE

DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Departamento de Letras Vernáculas

CENTENÁRIO
DE
SOUSA DA SILVEIRA

N.Cham. 469 S587.Y-c 1984

Título: Centenario de Sousa da Silveira. .



228779008
218505

TRAS

7
B7. Y-c
B4

463
15587-1
1327

FACULDADE
DEPARTAMEN

INAS GERAIS

CENTENÁRIO DE
SOUSA DA SILVEIRA

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA

BELO HORIZONTE

1984

MA 10737

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

3712-90

1980

**Publicação Patrocinada pelo
Centro de Estudos Portugueses
FALE - UFMG**

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais: José Henrique Santos

Diretora da Faculdade de Letras: Maria da Conceição Magalhães Vaz de Melo

Chefe do Departamento de Letras Vernáculas: Clara Grimaldi Eleazaro

*Organizadores desta publicação: Luiz Carlos de Assis Rocha
Maria Sueli de Oliveira Pires*

Datilografia: Roberto Vianna da Costa

SUMÁRIO

<i>Apresentação.....</i>	5
<i>Sousa da Silveira e o Português do Brasil - Wilton Cardoso de Sousa.....</i>	7
<i>Sousa da Silveira e a Exatidão Textual - Olmar Guterres da Silveira.....</i>	30

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Letras Vernáculas, com a finalidade de comemorar o centenário de nascimento do Professor Sousa da Silveira, promoveu, nos dias 19 e 21 de outubro passado, duas conferências sobre a vida e a obra do ilustre filólogo.

Encerrando a homenagem, as Professoras Maria Sueli de Oliveira Pires e Marlene Machado Zica Vianna, organizadoras do programa, montaram um painel sobre Gramática e Ensino do Português, de que participaram professores de Língua Portuguesa e de Linguística.

As conferências foram proferidas pelos Professores Wilton Cardoso de Sousa, da FALE/UFMG, e Olmar Guterres da Silveira, da FALE/UFRJ, que tiveram como debatedores, respectivamente, a Profa. Ivana Versiani Galery e a Profa. Anna Maria Viegas ambas da FALE/UFMG.

O painel contou com a participação dos Professores Norma Lúcia Horta Neves, Clara Grimaldi Eleazaro, Marlene Machado Zica Vianna e Orlando Bianchini, do Departamento de Letras Vernáculas; Daniel Alvarenga e Anilce Maria Simões, do Departamento de Linguística.

Reconhecem todos - ainda hoje - a valiosa contribuição do Professor Sousa da Silveira ao estudo do idioma nacional.

Legou-nos ele, mais que as obras publicadas, a grande lição de seriedade intelectual, de humildade, de empen-

dimento constante e trabalho contínuo.

Entendeu-se, portanto, que a homenagem que lhe foi justamente prestada só estaria completa com a publicação das conferências dos Professores Wilton Cardoso de Sousa e Olmar Guterres da Silveira, pensamento que deu origem a este opúsculo.

Clara Grimaldi Eleazaro

SOUSA DA SILVEIRA E O PORTUGUÊS DO BRASIL*

Wilton Cardoso

Discípulos fiéis de Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira - o Sousa da Silveira de alguns livros excelentes e muitos ensaios publicados em jornais e revistas, o Doutor Sousa ou, mais simplesmente, o Sousa, como carinhosamente gostam de se referir ao antigo catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia - tomaram a peito celebrar-lhe o centenário de nascimento, há pouco transcorrido. Além da fundação de um centro de estudos de língua portuguesa e crítica textual, já em atividade no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, com a denominação de Sociedade Sousa da Silveira, planejaram reuniões de estudo de sua obra, as quais se vêm realizando com a participação de entidades como o Instituto Histórico, a Academia Brasileira de Filologia, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, e programaram para breve o Primeiro Congresso Brasileiro de Crítica Textual, que se reunirá em Niterói, RJ.

O aplauso à iniciativa poderia ficar ao que a propósito escreveu Carlos Drummond de Andrade: "Está aí um nome que

**O texto que se vai ler é uma refundição levemente alterada de duas palestras que proferi nas comemorações centenárias de Sousa da Silveira - uma na Universidade Federal de Minas Gerais e outra na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não lhes acrescentei matéria substancial; apenas procurei conciliar os temas de início tratados separadamente - o de sua posição em face do problema da língua portuguesa no Brasil e o de seu papel como propulsor da Crítica Textual em nosso país, aliás perfeitamente harmônicos na individualidade intelectual do Mestre.*

é preciso lembrar, quando a língua nacional vai sendo tão violentada a pretexto de atualização." Mas aos que não têm autoridade para dizer tão pouco talvez não fique mal falar um pouco mais.

Os cem anos de uma vida que durou oitenta e quatro fazem-na ainda presente a grande número de discípulos que vieram a suceder o Mestre na tarefa de a repetir e renovar, transmitindo o seu legado. Não pertencço ao grupo dos afortunados. Outras terras e ares fizeram-me distante, e apenas posso dizer que o vi e conversei uma vez, já em final de carreira, nos corredores de sua amada Faculdade, então sediada no prédio da velha Casa de Itália da Avenida Presidente Antônio Carlos. No ano seguinte, o Mestre se aposentava por impemento da idade, e as minhas constantes viagens ao Rio nunca me deram coragem para o perturbar no seu remanso do Cosme Velho - a mesma chácara senhoria' em que menino fora vizinho de Machado de Assis.

A obra de Sousa da Silveira não é das mais volumosas. Outras contarão maior número de títulos, mas, como em tais casos costuma acontecer, nem sempre serão tão significativas.

Com efeito, uma antologia escolar, um magistral compêndio didático, dois pequenos volumes (um a respeito da sintaxe da preposição de e outro acerca da fonética sintática), por sinal versões desenvolvidas de artigos dados à publicidade na imprensa periódica, e meia dúzia de edições de autores antigos e modernos, ainda que superiores pela qualidade a tudo o que se fazia entre nós, não chegam a compor uma bibliografia avultada, mesmo se lhes ajuntarmos a colaboração

esparça, talvez freqüente mas não propriamente assídua.

A razão disso estará pelo menos em parte no fato de o professor ter exercido o maior tempo de seu magistério numa época em que o país não dispunha do ensino das letras em nível superior. A tal respeito, sua formação é bastante clara. Concluído o curso que se chamava de Humanidades no Ginásio Nacional, rótulo republicano e efêmero do imperial Colégio de Pedro II, onde integrou a turma dos chamados gênios, de que faziam parte, além dele, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira e Castro Nunes, para sô lembrar outro de nossos maiores filólogos, um de nossos mais apreciados poetas e um de nossos mais competentes juristas (o seu retrato lâ se conserva como laureado com distinção em todas as disciplinas), matriculou-se na Escola Politécnica, de que havia de sair engenheiro civil ao fim de um curso sintomaticamente acidentado. Engenheiro esquisito esse, mais preocupado com as estruturas da língua do que com a construção de estradas, pontes e edifícios. Teve por isso de estudar sozinho, lendo os seus clássicos, como era a regra (sô que os leu com inteligência, como nem sempre era a regra), e, uma vez dedicado ao ensino, foi levado a consumir anos a fio em aulas da Escola Normal, diante de um auditório de moçoilas e sinhazinhas preferentemente entregues, num princípio de século que permitia sonhar, à expectativa do casamento redentor.

As Lições de Português, sua obra mais difundida, são testemunho bastante claro da situação escolar vivida pelo autor. Ministradas no curso de 1921, tiveram uma versão primitiva, publicada capítulo a capítulo na Revista de Língua Portuguesa, de Laudelino Freire. Na forma original, reproduzem

aulas ditadas em discurso direto a uma classe solenemente tratada na segunda pessoa do plural, e não é difícil imaginar o que isso acarreta de cética desconfiança a espíritos afeiçoados ao amolecimento didático da rígida matéria científica. Mas o mal não está em ditar aulas, sobretudo - e era esse o caso do então jovem professor - quando o mestre faz acompanhar as preleções de gráficos ou figuras elucidativas e resumos sinópticos no quadro-negro. A questão toda é saber o que era ditado, e a tal respeito o prefácio da primeira edição não deixa dúvidas - o professor ditava as aulas para que as alunas tivessem por onde estudar. Dar-se-ia o caso que não pudessem comprar livros? Aí está uma hipótese absurda, pois as estudantes deviam pertencer à alta burguesia carioca, gente que era afinal a que no tempo ia às escolas.

O caso era bem outro. O professor ditava as aulas porque as alunas precisavam ter por onde estudar, a saber, porque o que ele ensinava não vinha na generalidade dos compêndios correntes. Essa a verdade facilmente verificável por quem compulse o volume. A primeira parte, consagrada a capítulos de história da língua, é elementar e não ultrapassa as noções que comumente eram ministradas no ensino de grau médio. Aí mesmo, no entanto, reponta um ou outro tópico singular, como o da exata conceituação de latim popular, que ao tempo e ainda bem depois costumava vir embrulhada com a noção de latim bárbaro ou baixo latim ou o das transformações fonéticas, que expõe sem a nresunção de fatalidade dos neogramáticos. Mas toda a segunda parte do livro, submetida ao título geral de "Sintaxe das diversas espécies de palavras"

(já na época o autor repelia a designação categorias gramaticais, que em rigor é outra coisa), é um trabalho originalíssimo, fundado em inteligente leitura de textos e adequada meditação pessoal, a qual quase sempre conduz a conclusões discrepantes da gramaticografia vigente.

Todavia, foi a partir de seu ingresso no ensino superior, primeiro na Universidade do Distrito Federal, experiência sêria que ficamos a dever a Anísio Teixeira, e depois na Universidade do Brasil, de que só viria a se afastar por força de compulsão legal, que o Mestre, já cinquentenário, achou espaço propício a sua completa realização. Vieram então, como desenvolvimento do trabalho magisterial, os seus livros de mais arrojada pretensão científica.

A meu ver, a obra de Sousa da Silveira apresenta dois traços distintivos, se bem que significativamente confluentes num plano mais amplo.

Um deles é a postura nada dogmática que o havia de levar à compreensão do problema da língua portuguesa no Brasil e ao reconhecimento de sua modalidade nacional.

Depois que o Romantismo, com Alencar à frente, abriu nova perspectiva lingüística aos escritores brasileiros, teve-se a impressão de que o debate acerca da língua culta no país, que é aquela que o estudante vai buscar à escola, havia encontrado o seu devido equacionamento. Mas com o advento do Realismo-Naturalismo e principalmente do Parnasianismo, que pugnaram pelo restabelecimento dos padrões clássicos ou tradicionais da linguagem, passou-se a viver outra vez em ambiente de acanhado dogmatismo gramatical e, como é de praxe nos movimentos de reação, de exagerado acatamento

ã gramaticografia rigorosamente portuguesa. Era a época dos consultórios de linguagem, mantidos em nossa imprensa por divulgadores portugueses e seus discípulos brasileiros, tipo O que se não deve dizer, de Cândido de Figueiredo, e O que é correto, de Cândido Lago.

A exceção de M. Said Ali, que no prefácio às Dificuldades da língua portuguesa (1908) reclamava a consideração do fator psicológico no sentido de "averiguar o que poderia ter ditado ao escritor ora este, ora aquele modo de falar"¹, ou de um João Ribeiro, que por tendência natural do espírito se insurgia contra a extensão das leis inapeláveis, criando, em A língua nacional (1920), a fórmula "falar diferente não é falar errado"², a regra geral - abstrata como toda regra geral - era a do resguardo servil da modalidade lingüística prescrita pela gramática portuguesa. A esse respeito o caso de Mário Barreto é dos mais significativos. Homem de grande saber, conhecedor da melhor ciência lingüística e filológica do tempo, em cuja doutrina baseou uma obra de rigor pouco comum em nosso meio, mostrou-se, no entanto, invulnerável a quaisquer traços de linguagem que pudessem denunciar uma norma diferente da portuguesa. Segundo o testemunho de um contemporâneo, gostava de dizer - Eu sô leio galegos, procurando com isso dar a entender como defendia a sua escrita de possíveis contágios do nosso falar, tido como incorreto.

O que impressiona na parte mais valiosa das Lições de Português é o fato de a Sintaxe não constituir para o autor um campo de dogmatismo categórico. Ao contrário do que ocorre com os gramáticos do tempo, nunca o surpreendemos, dian-

te de fatos que acolhem duplicidade de norma, na postura ni-
veladora de quem, tendo elegido uma, se vê na contingência
de rejeitar a outra.

Para sô exemplificar, lembre-se o tratamento que dá a
questões como: a) gradação redundante do adjetivo; b) demons-
trativos com valor de indefinidos; c) forma interrogativa o
que?, em lugar do pronome substantivo que?, mais as varian-
tes o que é que?, que é que? e que é o que? d) algumas par-
ticularidades de concordância, como um e outro, que deixa o
verbo no singular quando hã sentido de reciprocidade, ne-
nhum dos..., que o admite no plural quando tal idéia, expres-
sa no complemento, avulta na mente do escritor, e, por fim,
a irregularidade que dá 3a. pessoa ao verbo em cujo sujeito
existe membro da 2a. - tu e o filho teu no mar são nunes.³

Em todos esses casos, claramente ressalta a tendência
do autor para repelir afirmativas peremptórias, as quais, se
uma ou outra vez podem simplificar a doutrina, em nenhuma
ocasião contribuem para uma visão mais exata do objeto de
estudo. Daí a posição científica, timbrada de certo relati-
vismo, que não ficaria mal em face da chamada dúvida metó-
dica : que se percebe na seguinte observação acerca do uso
do artigo indefinido: "O artigo é um elemento de clareza e
relevô, de que dispõem as línguas românicas com grande van-
tagem sobre o latim, que não o possuía. O português pode não
usá-lo em certos casos, como já vimos. Em particular lhe é
possível - mas não obrigatória, (grifado no original) a omis-
são do artigo indefinido quando o substantivo, que o artigo
determinaria, está acompanhado de adjetivo ou expressão equi-
valente."⁴

Já aqui uma conclusão se impõe. O que orienta a doutrina do autor, ao formular sobre pontos assim vacilantes um critério de correção idiomática, é a convicção precursora em nosso meio de que certas matérias deviam ser tratadas mais no campo da Estilística do que no da Sintaxe, como entendia esta última a rígida concepção dos gramáticos.

Efetivamente, num artigo intitulado "Gramática e Estilística", aparecido na Revista de Cultura e destinado a integrar a reedição das Lições (o que estranhamente não ocorreu), estuda à luz da sintaxe afetiva um caso de concordância siléptica e revê o conceito de anacoluto, que alguns teimavam em capitular entre os vícios de linguagem, para concluir acertadamente: "A gramática apresenta secamente as regras, assinala as tendências fortes, a direção geral dos fenômenos; a estilística mostra como o instrumento da língua funciona: quase sempre em consonância com os preceitos expostos pela gramática, mas não raro afastando-se deles para alcançar melhor o seu fim supremo - a expressão."⁵

Pode-se, no entanto, afirmar que o que fundamentalmente levou Sousa da Silveira a essa posição discrepante do gramaticismo da época foi o cuidado de não estabelecer divórcio entre a língua escrita e a língua falada. Nesse particular, um sentimento de perfeita ligação entre os dois termos e de sua natural interdependência de procedimentos ressalta das palavras ditas em entrevista a Homero Sena: "A língua escrita nasce da língua falada. É um aperfeiçoamento desta, feito pela inteligência, de mãos dadas com o bom gosto. Uma vez desprendida da língua falada, a língua escrita se torna um limite para o qual a língua falada tende, e do qual

se aproxima tanto mais quanto mais se estende e sobe a instrução do povo."6

Ora, quem, como o autor, assim proclama a relevância da língua falada está referindo-se tacitamente a uma norma brasileira, diferenciada da portuguesa, já francamente deli-
neada entre nós. Acresce que o reconhecimento de pontos comuns entre as duas formas de expressão - a falada e a escrita - importa em as tomar como parcelas de uma só e mesma realidade lingüística. Daí não se negar, em obra de instituição doutrinária, ao registro de legitimação de modismos da linguagem familiar, como ocorre, por exemplo, no capítulo da gradação dos adjetivos - marota como ela sô, de Cornélio Pires, magro como um espeto ou arisca que é um Deus nos acuda, de Taunay, uma dona de casa, que não lhe digo nada, de Machado, alegre a mais não poder, de Valdomiro Silveira, sovina atê ali, de Lúcio Cardoso, etc.⁷

Se não estou enganado, uma das peculiaridades de Sousa da Silveira, pelo que toca à fundamentação de preceitos normativos, está mesmo nesse ponto - o de não circunscrever a legitimidade deste ou daquele meio de expressão à chancela por vezes esmaecida dos chamados autores clássicos. Obviamente os lia e anotava, mas, para que os seus testemunhos lhe parecessem válidos, condicionava-os a fatos, se não idênticos, ao menos semelhantes aos da língua viva ou corrente.

Não posso, nesta oportunidade, dar mais do que dois exemplos - um de quase aceitação, outro de manifesta repulsa - por sinal relativos ao mesmo caso da combinação de pronomes átonos.

Depois de acentuar o timbre arcaico de algumas combi-

nações e de prescrever que nelas uma das formas átonas deve ser substituída pela respectiva forma tônica, regida de preposição, "pois a língua atual não admite combinações do tipo te me, te nos, me lhe, etc., que dantes se faziam", cita versos de Ribeiro Couto, poeta nada arcaizante do Modernismo -

Ô protetora de almas errantes,
que em alto mar te nos apresentas,
livra-nos de águas atraíçoaantes

para observar que o fato "indica ter-lhe caído no verso com a maior naturalidade a referida combinação de pronomes."⁸

Quanto à seqüência pronominal se o(s), se a(s), que suscitou movimentada polêmica entre Mário Barreto e Melo Carvalho⁹, é certo que a rejeita, não pela sã razão que a ambos movia (ser ou não ser contraditória nos clássicos), mas por outro acaso mais veemente. Convém ler: "Tal sintaxe não se nos depara nos autores clássicos, nem nos modernos que tigram em escrever com sabor vernáculo; e não sendo popular, nem mesmo familiar, (aqui o grifo é meu), e sã aparecendo em textos de um ou outro escritor pouco estudioso da língua, parece que deve ser repelida."¹⁰

Essa afinal a regra absoluta: tudo o que não vem nos bons escritores e não vive na língua falada (falada, é claro, pela gente instruída e não por "um ou outro... pouco estudioso") não pode ter acolhida nos códigos de bem falar e escrever. É, com outras palavras, o conceito jesperseniano de correção, fundado no que repugna ou não repugna à comunidade lingüística.

Tal diretriz havia de motivar o comportamento do Mes-

tre em face do problema da língua portuguesa no Brasil. Linguísta e filólogo, desde cedo familiarizado, por um lado, com os trabalhos de Lindsay, Carnoy e Michel Bréal (as Lições, sempre refundidas, pelo menos a partir da edição de 1940, chegam até Ferdinand de Saussure) e, por outro, com os de Leite de Vasconcelos, Nunes, Epifânio e Gonçalves Viana, não só não podia pactuar com os profissionais do que se não deve dizer, como havia de proclamar que uma língua viva, por muito que se lhe queiram resguardar os foros de linhagem, não pode ficar adstrita ao que se lê nos vetustos pergaminhos de outras eras e lugares.

Sintomaticamente, um de seus primeiros trabalhos publicados é a crítica a O dialeto caipira (1920), de Amadeu Amaral, hoje um clássico da dialetologia brasileira. Aí, depois de citar Henri Bauche, Albert Dauzat, o já lembrado Leite de Vasconcelos e o que mais contava na bibliografia pertinente, resgata o conceito de dialeto, então marcado de conotação pejorativa, e encarece a individualidade portuguesa do nosso falar, que pouco antes merecera de Rui Barbosa o estigma de surrão amplo.

É claro que a feição nacional que enxergava no português do Brasil não era a modalidade regional descrita pelo filólogo paulista. A esse respeito, pode-se dizer que o que o preocupava eram aspectos genéricos da questão do português transplantado para o Brasil e, dentro deles, o do estabelecimento de uma expressão literária, cujo resultado presenciou com perfeita intuição: "A leitura atenta dos grandes mestres de vernaculidade tem permitido que na literatura nacional figurem escritores que revestem o pensamento com a

mais límpida forma portuguesa, como, entre os grandes poetas, Raimundo Correia, e, dos prosadores, Machado de Assis. Ao revés, o amor das coisas do torrão natal tem feito aparecer poetas que se comprazem em exhibir os seus assuntos através do colorido encantador dos falares locais. Não acredito que estas produções, em que enxameiam termos e maneiras puramente regionais, venham recalcar para lugar secundário as nossas obras de valor escritas em língua literária; nem que se incorporem no vocabulário geral todas as vozes e dizeres regionais. Se assim fosse, quem se entenderia na multiplicidade e variedade do léxico, avolumado pelas copiosas contribições de cada recanto do nosso imenso Brasil? O que se dá por certo é que continuem a penetrar na língua literária e nela tomar assento expressões locais, por via dos escritos dos autores nacionais de pujante individualidade."¹¹

Por certo, o que aí preconizava era a direção para a qual deviam convergir as atenções dos escritores brasileiros, uma vez que, na esfera individual, o fim havia sido alcançado pelo exemplo de um modelo supremo. É o que se lê na conferência A língua nacional e o seu estudo, do mesmo ano de 1920, onde põe a questão em termos de certa prescrição normativa: "Há em nossas letras um vulto eminentíssimo, no qual se poderá considerar bem personificada a nossa língua nacional, como a devemos definir: a língua portuguesa, com pronúncia nossa, algumas insignificantes divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por grosso tributo indígena e africano e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio. Esse escritor é Machado de Assis."¹²

Tal posição havia de torná-lo, como convinha a um homem de ciência, equidistante de paixões e jacobinismos, por onde cedo resvalaria a matéria. Pôde, por isso, compreender Mário de Andrade, de cuja prática lingüística não obstante podou os exageros,¹³ e ser o autor do parecer da comissão instituída pelo governo para opinar a respeito da denominação oficial do idioma falado e escrito no Brasil. Daí uma consequência notável. Numa época em que a codificação gramatical costumava retroceder ao uso idiomático de D. Duarte, Zurara ou Fernão Lopes, as Lições de Português são o primeiro livro brasileiro que adota sistematicamente, como exemplos da língua padrão dos escritores, formas e construções de Alencar, Magalhães, Castro Alves, Casimiro, Varela, Taunay, Bilac, Vicente de Carvalho, Raimundo Correia, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto.

Outro traço característico de sua obra é o que se refere à Crítica Textual. Ainda nesse ponto avulta o papel do precursor ou inovador. Evidentemente não foi Sousa da Silveira o primeiro que entre nós reuniu textos alheios e os publicou ou republicou com o fim de os desentranhar de manuscritos esquecidos ou de edições acatadas pela raridade. Mas a consciência do que significava a tarefa, que é ramo específico de uma ciência, e o escrúpulo que requer em todas as fases do trabalho nem sempre foram apanágio dos editores indígenas. Basta lembrar, como exemplos mais próximos de nós, a edição de Gregório de Matos, levada a termo pela Academia Brasileira de Letras, e a de Cláudio Manuel da Costa, executada por João Ribeiro: a primeira vem recheada de conhecidos textos de outros poetas e a segunda, pretendendo

incluir os inéditos revelados por Ramiz Galvão, sã em parte os contemplou, pois o preparador deixou de conferir um dos dois tomos da revista em que primeiro se publicaram.¹⁴

Por outro lado, o respeito à obra do autor, tal como a compôs e fez imprimir, não era também muito evidente. Conquanto um pouco mais recuado no tempo, o caso de Varnhagen merece registro. Editor principalmente de textos históricos, mas também de alguns textos literários importantes, como os do cancionero medieval galego-português, deu-nos uma edição de Épicos brasileiros¹⁵, onde suprime a O Uruguai e a O Caramuru as notas dos respectivos poetas e as substitui por outras de sua autoria.

A preocupação de Sousa da Silveira com a fidelidade textual dos autores que divulgava vinha de longe. Já na refundição dos Textos seletos, antologia escolar a que deu mais tarde feição de complemento prático das Lições de Português, isso se observa. Sempre com notas de pé de página, aqui corrige o latim unam por unum e o português atente por atenta, ali restabelece, por meio de vírgula, uma pontuação deficiente, mais adiante registra variantes de dois versos de Castro Alves e, por fim, em face de clara irregularidade de metrificação, manda ler, desconhecendo com quatro sílabas, "segundo uma pronúncia que se observa em mais de um ponto do domínio da língua portuguesa."¹⁶

Não será descabido aventar que tal preocupação lhe viria de uma compleição do espírito, já aqui assinalada. Seu hábito, infenso a quaisquer dogmatismos, de vasculhar textos aparentemente discrepantes da norma gramatical e sua particular propensão para a hermenêutica de desvios sintáticos

havia de o conduzir à colação de edições discordantes com o fim de surpreender a lição, talvez menos ortodoxa, mas por vezes mais compatível com o chamado ânimo autoral.

Um exemplo esclarecedor, já ocorrente nas Lições. Nas Lendas e narrativas, de Herculano, tomo II, p. 110, da edição de 1877, se lê: "vereis esse..., que credes moribundo, atirar-se, como tigre, ao meio dos Juizes". Trata-se, segundo ele, de possível colaboração de algum revisor gramaticófilo, inimigo dos indefinidos, pois o que se lê, no local respectivo da edição de 1859, é "... atirar-se como um tigre..." Deslinda o Mestre: no primeiro caso (atirar-se como tigre), há "uma simples e apagada comparação"; no segundo (atirar-se como um tigre), há "uma expressão de muito mais força evocativa, porque o espírito como que vê, concretamente, um tigre que se atira com toda a sua ferocidade, e com esse tigre, assim destacado dos mais pelo artigo, é que se faz a comparação."¹⁷

Foi, porém, com Textos quinhentistas (1945) que a poesia de Gil Vicente, Camões, Cristóvão Falcão e António Ferreira deixou de ser um fichário mudo de rigorosa construção intelectual para se deixar auscultar nos desvios de uma linguagem do sentimento - ou da afetividade, como diria Charles Bally -, reveladora de que os clássicos, ao contrário do que se costumava ensinar, também infringiam o pressuposto das regras inapeláveis. Surgiram, em seguida, pelo mesmo caminho, edições modelares de alguns autores e obras, as quais não eram apenas críticas pelo que toca ao estabelecimento dos textos, segundo o rigor com que passaria a operar entre nós a Ecdótica, mas comentadas numa amplitude que incluía fon-

tes tópicas, particularidades de versificação, interpretação determinada por peculiaridades lingüísticas e, mais que tudo, o bom gosto de um professor que foi também poeta.

Talvez não erre ao afirmar que foi a convergência dessas marcas de seu espírito - a da propensão natural para a crítica e perquirição estética dos textos e a do sentimento da modalidade nacional da língua - o que o conduziu à elaboração de um dos seus mais acatados trabalhos, a edição das Obras de Casimiro de Abreu (1940), aparecida por volta do centenário de nascimento do poeta e reeditada em 1955.

Como ninguém ignora, em face dos postulados da gramatografia rigorosamente portuguesa e da deturpação a que foi submetido em sucessivas edições o texto do mais popular dos poetas brasileiros, Casimiro converteu-se, durante muito tempo, em execrável paradigma da tese de que os escritores românticos eram descuidados da forma e desatenciosos da língua. A análise desses dois aspectos de sua poesia constitui mesmo o tema e os motivos das minuciosas, ricas e sempre oportunas anotações do competente escoliasta.

A edição das Obras restitui ao poeta das Primaveras seu exato perfil - nem descurado da linguagem, nem desidioso da técnica poética. Quando muito, um romântico, cuja espontaneidade, como não podia deixar de ser, flui naturalmente de uma diversificação lingüística já esgalhada do tronco original e que ã força se pretendeu empertigar pelo fio de prumo parnasiano. Ainda aqui sou forçado a apenas dar exemplos.

Pelo que toca ã medida de versos comumente tidos como quebrados, a oscilação que não raro se nota na prática da sinêrese e da diêrese me parece significativa por denotar

que a corrupção dos textos nem sempre é obra de feitura gráfica ou de desatento trabalho dos revisores. Ao contrário, denuncia hábito de ultracorreção fundado em causas premeditadas.

Numa pequena obra-prima, como é o poema "No lar", os versos

Basta-me um ano!... e depois... na sombra...

onde tive o berço quero ter meu leito!

inspiram ao editor este comentário de funda percepção da poesia: "No primeiro verso... ocorre um hiato de esplêndido efeito estético: ele não só facilita, ainda realça a pausa requerida após a frase "Basta-me um ano!...", pausa em que, parece, o poeta mudamente reflete no que irá fazer, no que lhe irá acontecer durante o prazo invocado; depois desse curto pensar em silêncio, destaca, em três pentassílabos, o seu desejo final: "e depois... na sombra... / onde tive o berço / quero ter meu leito!"

Tudo isso desaparece na transcrição que dos versos do lírico de "Meus oito anos" faz em obra sua o poeta Goulart de Andrade, parnasiano que, segundo a corrente de preceptiva lusitanizante, não tolerava hiatos (ou pelo menos não os tolerava em grande parte), nem admitia quebras esporádicas da medida dos versos:

Basta-me um ano sô... depois... na sombra...

quero, onde tive o berço, ter meu leito!

Sousa da Silveira foi dessa vez categórico: "Para afastar o hiato substituiu "e" por "sô", embora modificando o ritmo do verso, isto é, uma das suas características musicais; e, no verso imediato, separou "quero" de "ter" com a

intercalação de "onde tive o berço", do que resultou, juntamente com a mudança de cadência, um verso prosaico, frio, sem alma... Como o senso natural dos verdadeiros poetas vale mais do que todas as regras, sejam da Versificação, sejam da Gramática!"¹⁸

Como se vê, os comentários do Mestre não só revelam um poeta que se deixa marcar por padrões de forma instintivos e quase naturais, como mostram que a depuração e refinamento parnasianos, amarrados a trejeitos afetadamente cultivados entre nós, são por vezes estranguladores da personalidade estética. Isso mesmo ressalta desta conclusão: "Na metrificação Casimiro acompanha as praxes do tempo. A sua individualidade artística, porém, faz que às vezes se não submetta servilmente aos preconceitos dominantes e quebre os moldes comuns, o que lhe provocou uma ou outra censura da parte dos críticos, se bem que dessas, digamos, irregularidades se pudesse escudar na autoridade de Gonçalves Dias. Nas minhas notas procurei interpretar o significado estético de tais anomalias métricas e avaliá-las com a possível justiça."¹⁹

Mas onde o apreço à modalidade que a língua foi adquirindo no país mais se evidencia é nas observações relativas a particularidades da Sintaxe que se afastam da norma vigente em Portugal.

No princípio e no final de uma mesma composição - "Violeta", por sinal um dos mais curtos poemas da autoria do poeta (quatro quadras apenas), há dois exemplos bastante eloquentes.

Num deles, a passagem

Sempre teu lábio severo

me chama de borboleta

lhe sugere tranqüila aceitação, uma vez que, destoante da norma de alêm-mar, reproduz construção vigente no falar brasileiro. Veja-se a lição esclarecedora: "Diz-se chamã-lo a alguma coisa, chamar-lhe alguma coisa e chamã-lo de alguma coisa". A última sintaxe, que se arcaizou em Portugal, e que Casimiro emprega neste verso, é viva entre nós."²⁰

Jã no outro, os versos

Deixa eu dormir no teu seio,

dã-me o teu mel - violeta

se na verdade requerem maior esforço exegetico, não chegam a lhe merecer formal condenação. Leia-se: "O poeta não poderia, sem ultrapassar a medida do verso, dizer "deixa-me dormir", preferível quanto à correção gramatical; talvez por causa do pouco relevo e precisão, não quis utilizar-se de "deixa dormir", sintaxe que, com outros infinitivos, empregou nos versos 74 e 75 de "15. Moreninha". Adotando "deixa eu dormir", sancionou na língua escrita uma sintaxe da nossa língua falada que a análise lógica pode justificar (deixa eu dormir = deixa dormir eu = deixa que eu durma), e conseqüiu maior vigor de expressão, pois a forma "eu", de "deixa eu dormir", salienta mais o conceito que o "me", átono e ainda por cima enclítico, da locução "deixa-me dormir."²¹

Nesta digressão não poderia faltar uma nota a respeito da colocação dos chamados pronomes átonos (átonos, é claro, em Portugal, mas não no Brasil, onde a prosódia comum os encorpa foneticamente e lhes dá caráter de tonicidade). Creio ser essa a posição hoje irremovível acerca de um assunto que

deitou muita tinta no papel, não podendo ficar esquecido o famoso estudo de M. Said Ali²², que lhe deu o golpe de misericórdia. Daí ser a colocação das referidas partículas uma questão de ritmo e melodia da frase, tão diversos em um e outro país.

É certo que nenhum escritor ou filólogo brasileiro teria atualmente a coragem de pretender reconduzir a norma gramatical da topologia dos pronomes às sacrossantas prescrições que um dia nos dominaram. Mas isso não quer dizer que na matéria se possa dar por paus e por pedras e que uma liberdade absoluta seja capaz de justificar colocações tão desastrosas do falar dos brasileiros quanto as tipicamente portuguesas que aqui tentaram vingar. Até porque da congêrie que moveu tanto papel impresso alguma coisa prevaleceu, como a atestar a eficácia da correção acadêmica²³, e era esse o caso em foco. A liberdade, pois, que no caso se observa não deve confundir-se com a balbúrdia ou a anarquia, que em rigor não existem em nenhum sistema. Toda a questão está em saber o que pode e o que não pode viçar num dado terreno e numa época certa.

A poesia "Canto de amor", das Primaveras, traz os seguintes versos -

Vi-a e não vi-a! Foi um só segundo,

tal como a brisa ao perpassar na flor

A nota de Sousa da Silveira procura justificar a sintaxe do poeta, mas de modo nenhum a prescreve como norma: "Na fase romântica de nossa literatura a colocação dos pronomes pessoais átonos era muito mais livre do que hoje. Atualmente ninguém, me parece, usaria a ênclise depois da negação.

Mas Casimiro podia fazê-lo, pois no seu tempo isso era permitido." Depois de citar exemplos de Gonçalves Dias e Magalhães, abonadores da posição adotada, apela para a Estilística e aponta o matiz semântico que claramente a construção do poeta denuncia: "A expressão "e não vi-a" equivale, pelo sentido a "e deixei logo de vê-la".²⁴

Como parece claro, também no que toca às supostas incorreções de linguagem, o julgamento do poeta foi sacrificado pela deformação crítica. Na verdade, os seus propalados erros ou são fruto de uma inescrupulosa fortuna editorial, ou são prova de que uma norma linguística diferente da portuguesa já em sua época condicionava novo padrão de língua literária, como o tempo e o desenvolvimento da ciência vieram a reconhecer e consolidar. Familiarizado desde cedo com tais problemas, o Mestre estava naturalmente destinado a resgatar o poeta da injustiça que sobre sua obra recaiu: "Embora geralmente louvado, recebeu algumas censuras, relativas a fatos de linguagem. Se provo, como creio tê-lo feito nas anotações, serem tais censuras infundadas, fica reposto no seu lugar, não o poeta, que este nunca esteve realmente depreciado, mas o escritor que a leviandade da crítica e a infidelidade das numerosas edições concorreram para que fosse injustamente aquilatado."²⁵

Seja como for, uma coisa é absolutamente certa: foi com a edição de Sousa da Silveira que a poesia de Casimiro de A breu, quer pela perfeição formal da obra de arte, quer pela correção da língua em que foi escrita, passou a existir para a crítica e a história literárias do Brasil. Tanto basta para fixar o seu nome na história de nossas conquistas cien

tíficas.

NOTAS

1. Ali, M. Said - Dificuldades da língua portuguesa. 5a. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957, p. XVI.
2. Ribeiro, João - A língua nacional. 2a. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933, p. 8.
3. Cf. Silveira, Sousa da - Lições de Português. 4a. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, pp. 184, 213, 226, 234, 277 e 273.
4. Silveira, Sousa da - Lições.... p. 254.
5. Revista de Cultura (1931), vol. 99, p. 52.
6. Sena, Homero - O problema da língua brasileira, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1953, p. 27.
7. Silveira, Sousa da - Lições...., p. 185.
8. Silveira, Sousa da - Lições...., p. 200.
9. Barreto, Mário - De gramática e de linguagem, Rio de Janeiro, Editora "O Norte", 1922, tomo I, pp. 45-83; Carvalho, Melo - Questões de português. Revista de Língua Portuguesa (1921), n. 12, pp. 127-140; n. 15, pp. 144-167.
10. Silveira, Sousa da - Lições...., p. 201.
11. Silveira, Sousa da - O dialeto caipira. Revista de Língua Portuguesa (1921), n. 11, p. 25.
12. Revista de Língua Portuguesa (1921), n. 9, pp. 17-32. (O texto é reproduzido com as alterações que lhe foram dadas em Lições...., ed. cit., p. 363)
13. Andrade, Mário de - Cartas a Sousa da Silveira. Separata da Revista do Livro (1964), n. 26.
14. Cf. Matos, Gregório de - Obras, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1923-1933 (vol. 1 - Sacra, 1929;

vol. II - Lírica, 1923; vol. III - Graciosa, 1930; vols. IV e V - Satírica, 1930; vol. VI - Última, 1933.); Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa (Glauceste Saturnio). Nova edição contendo a reimpressão do que deixou inédito ou anda esparso... por João Ribeiro. Rio de Janeiro, H. Garnier, tomos I e II, 1903.

15. Épicos brasileiros. Nova edição. Lisboa, na Imprensa Nacional, 1845. (O nome do editor só aparece na assinatura da "Apostila acerca desta edição", pp. 445-449)

16. Silveira, Sousa da - Trechos seletos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S/A, 1935, pp. 279, 282, 309 e 321.

17. Silveira, Sousa da - Lições..., p. 255.

18. Silveira, Sousa da - Obras de Casimiro de Abreu. Apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices por... 2a. edição melhorada, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955, pp. 114-115.

19. Silveira, Sousa da - Obras..., p. XXXIII.

20. Silveira, Sousa da - Obras..., p. 178.

21. Silveira, Sousa da - Obras..., p. 179.

22. Ali, M. Said - Dificuldades..., pp. 21-54.

23. Menéndez Pidal, Ramón - Castilla. La tradición, el idioma. Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1945. V. especialmente "La unidad del idioma", pp. 171 e ss.

24. Silveira, Sousa da - Obras..., p. 173-174.

25. Silveira, Sousa da - Obras..., p. XXXV.

SOUSA DA SILVEIRA
E A EXATIDÃO TEXTUAL

Olmar Guterres da Silveira

As comemorações que em vários pontos do país reúnem agora discípulos e admiradores do Professor Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira dispõem, sem dúvida, de grande número de especialidades, nas quais pode ser lembrada, e exaltada, a participação daquele vulto insigne do ensino e prática das Letras.

Não sei se foi obra do acaso a feliz coincidência de terem fulgido nesta atividade, e no seu magistério, três colegas da mesma turma, daquele mesmo criador de inteligências, que foi o Colégio Pedro II: refiro-me a Manuel Bandeira e a Antenor Nascentes, que com Sousa da Silveira dividiram os louros que essa atividade lhes outorgou por prêmio.

Sousa da Silveira cursou a antiga Escola Politécnica e lá recebeu grau de Engenheiro. Trabalhou nesta profissão algum tempo, mas nele se acentuava crescentemente o gosto das investigações literárias, e do cultivo da língua. E a isto, finalmente, dedicou toda a sua vida, conciliando o esprit géométrique, que lhe ficou das demonstrações matemáticas, e o esprit de finesse, revelado numa esplêndida vocação de persuadir.

No campo das Letras, Sousa da Silveira foi o gigante que todos conhecem; pretendo aqui mostrar uma das mais belas condições de Mestre que lhe ornaram a simbólica figura. Refiro-me à inabalável rigidez com que encarava seus estudos. Foi homem de levar a sério, muito a sério, tudo aquilo que

fazia. Assim foi com as Lições de Português, assim foi com os Trechos Seletos, assim foi com as suas publicações todas, com as suas aulas. As Lições de Português, todos o sabem, são em forma impressa as aulas do curso que ministrava na antiga Escola Normal do Rio de Janeiro. Publicou-as Sousa da Silveira em números sucessivos da Revista de Língua Portuguesa, benemérita instituição mantida por Laudelino Freire. Na "Advertência" que precede as Lições nesta publicação, assim as explica o Mestre:

"Costumo ditar as lições aos alunos, para que eles tenham por onde estudar; e para que eu possa saber, para exigí-la nas sabatinas, a matéria que ministrei, peço depois de cada lição, a uma aluna o favor de tirar dos seus apontamentos uma cópia, e dar-ma, incluindo os resumos e as figuras elucidativas no quadro negro."

Desta forma nasceram as Lições de Português, facilitadoras do trabalho didático, e também úteis para os interessados em geral nesta matéria. Admirável velharia! ditar as aulas, para que os alunos as tenham inteiras, e para que lhes possam ser pedidas dentro dos seus limites reais, e justos! Mas era assim o Mestre: punha extrema seriedade em tudo.

Quando publicou os Trechos Seletos, esta excelente antologia ocupou lugar destacado na nossa bibliografia didática: era a mais criteriosa - e por isto diferente - seleção dos textos; eram as magníficas lições que à guisa de Introdução fizera anteceder aos textos; eram as anotações com que dilatava de muito a compreensão das particularidades de cada pas-

sagem, especialmente o estudo apaixonado do vocabulário ... mas era, também e principalmente, o zelo demonstrado na apuração dos textos escolhidos. Verã o leitor dos Trechos Seletos, a cada passo, as notas de rodapé que indicam as variantes textuais significativas: "deminutivos", por "diminutivos" (pág.100), "Men", por "Mem" (pág.104), "poeideiras", por "poedeiras" (pág.105), "portos" por "postos" (pág.111), "sincerro", por "cincerro" (pág.112). A nota que acrescenta a "discreção" (pág.120), em texto de Afonso Arinos, diz bem da observação aguda de Sousa da Silveira em relação à confusão, sem dúvida muito comum na fala distensa, entre a forma com "i" e a com "e". A indicação das variantes textuais não é, com Sousa da Silveira, o simples, embora importantíssimo, trabalho prévio para a apresentação dos textos. É antes o instrumento indispensável para as explicações gramaticais e estilísticas que enriquecem as lições do Mestre. No passo de Coelho Neto, Estio (pág.128), Sousa da Silveira explora a insatisfação daquele nosso autor, a ânsia que mostrava nele o constante aperfeiçoamento da frase tersa e elegante pelas sucessivas substituições; e o faz para, em superior trabalho de crítica textual, tecer observações de ordem estilística. Cito-lhe as próprias palavras:

"Nas notas deste trecho faço confronto entre o texto da edição de 1933 e o da de 1896. Deparo, assim, aos professores ocasião de se fazerem proveitosas considerações estilísticas. Se a inovação agradar, em outra edição estendê-la-ei a mais alguns trechos."

As conjecturas, de que não raro se serve para reconhecer e explicar formas vitandas, são cautelosas e não arri-

nam alteração. E o que ocorre naquele passo de O navio negro, de Castro Alves:

"E ri-se a orquestra irônica, estridente...

E da roda fantástica a serpente

Faz doudas espirais..."

Sousa (pág. 329) comenta: "roda - Creio que deve ser ronda, como está num dos versos anteriores." A correção é imperiosa, e evidente; mas o que se nota é a atitude serena do estudioso que modestamente propõe uma alteração, alicerçada esta no mais estrito bom-senso.

Modelo de escrupuloso cuidado foram as edições de textos que Sousa da Silveira preparou e enriqueceu de comentários. As observações refletem, a cada passo, o zelo com que Sousa buscava a forma verdadeira, a consrução fiel. Não a queria, porém, sem uma razão: baseava-se neste rigoroso estabelecimento do texto para, com frequência, explicar fatos da língua, esclarecendo aqui e ali empregos que a inexperienced leitura daria por desvios, distrações, erros do autor. Já o vimos em alguns exemplos tirados das anotações aos Trechos Seletos. Outros muitos pontos vão por esta forma esclarecidos na primorosa edição que fez das obras de Casimiro de Abreu.

O adjetivo longíquo (sem o "n"), cuja etimologia explica a forma longínquo (com "n"), será, talvez, forma dissimilada desta última. Sousa da Silveira respeita a forma sem "n" que Casimiro empregou em Folha negra (pág. 272):

"Vozes de flauta longíqua

Que as nossas m̃agoas aviva,"

e nas indicações de Camões e o Jau (pág. 13):

"Ao levantar do pano ouve-se o ribombar
longíquo do canhão."

Mais ainda, tendo encontrado a forma num soneto de Raimundo Correia - o conhecido A Cavalgada -, anota:

"No verso de Raimundo Correia oferece a vantagem de não aumentar com mais um o número de fonemas nasais.":

".....Mais além, confuso e brando,
O som longíquo vem-se aproximando
Do galopar de estranha cavalgada."

E, observe-se, na edição das poesias completas de Raimundo Correia, preparada por Múcio Leão para a série "Livros do Brasil", da Companhia Editora Nacional, assim como no volume que Ledo Ivo preparou para a Coleção "Nossos Clássicos", da Livraria Agir, - em ambos se repete a forma indevidamente corrigida "longínqua".

Muitas alterações se fazem, em edições de textos, por vontade de editores mal preparados; é assim que, movidos de leitura superficial, frequentemente "corrigem", "consertam" o que lhes parece grave erro gramatical, ou métrico. Aí reside o grande valor da minuciosa exatidão com que Sousa da Silveira analisou, profunda e detidamente, os textos de que se serviu. Sem dúvida, além de restaurar a verdade das lições, mais ainda explicou o Mestre muitos fatos gramaticais e estilísticos dos autores examinados. Assim, por exemplo, o passo de Gonçalves Dias no I-Juca-Pirama:

"Nem tão alta cortesia

"Vi eu jamais praticada
Entre os Tupis, - e mas foram
Senhores em gentileza."

teve indevidamente corrigido "mas" para "mais". Entendeu-se "foram mais senhores em gentileza" aquilo que traduzia "e contudo", "e notem que foram senhores em gentileza" como está indicado na edição de Gonçalves Dias organizada por Manuel Bandeira. O mesmo se dirá a respeito de "mas que", concessiva, igual a "embora", no seguinte passo de O Gigante de Pedra:

"E das igaras côncavas
A frota aparelhada,
Vistosa e formosíssima
Cortando a undosa estrada,
Sabendo, mas que frágeis,
Os ventos contrastar."

onde não cabe entender "mais (do) que frágeis", senão "embora", "apesar de frágeis".

Comentando a poesia No Lar, Sousa da Silveira estuda com acurado sentido de investigação a seguinte quadra de Casimiro:

"Oh! mocidade! bem te sinto e vejo!
De amor e vida me transborda o peito...
- Basta-me um ano!... e depois... na sombra...
Onde tive o berço quero ter meu leito!"

Reside aí uma dificuldade métrica no último verso; o penúltimo, como se vê, obriga ao hiato "ano e". Sousa indica, para a leitura do último verso, três hipóteses: a simplificação da primeira das duas sílabas semelhantes "de ti", a ma-

neira de haplologia; a inclusão da sílaba inicial "on" na última sílaba do verso anterior; e a sucessão, a partir da segunda metade do verso penúltimo, de segmentos polissilábicos. Esta última solução é a que lhe parece mais aceitável - mas o importante é que as três representam recursos habituais em outros poetas; o último deles, por sinal, encontra-se em Gonçalves Dias, no I-Juca-Pirama. O importante, porém, é que fica respeitada a vontade do poeta, quanto à forma do verso. Sousa aduz a isto:

"O Brasil conta grandes poetas e grandes prosadores, mas os brasileiros não têm desses autores edições fiéis, e ao mesmo tempo comentadas no sentido de lhes pôr em relevo as qualidades de estilo, de composição, de língua, de pensamento, de idéias e sentimento, de maneira que os preservem do mal que, embora passageiro, preconceitos de escolas novas lhes possam acarretar."

E, mais adiante:

"No seu livro Cadeira nº 6 da Academia Brasileira, Rio, 1939, pág. 78, Goulart de Andrade cita assim os versos de Casimiro:

"Oh! Mocidade bem te sinto e vejo!
De amor e vida me transborda o peito,
Basta-me um ano sô... depois... na sombra...
Quero, onde tive o berço, ter meu leito."

Para afastar o hiato, substituiu "e" por "sô", embora modi-

ficando o ritmo do verso, isto é, uma das suas características musicais; e, no verso imediato, separou "quero" de "ter" com a intercalação de "onde tive o berço", do que resultou, juntamente com a mudança de cadência, um verso prosaico, frio e sem alma!"

O verso 49 de Canto de Amor é:

"Dã-me em teus lãbios um sorrir fagueiro,";

diz Sousa a respeito dele: "Quatro edições que consultei, posteriores à de 1859, trazem "braços" em vez de "lãbios". Uma errou, as outras seguiram-na... Com que pouco caso se publicam obras de grandes autores que para honra nossa deviam ser estudados, explicados e apresentados ao público em re-edições fidedignas!"

Os exemplos que abonam estas palavras são incontáveis; aos que aqui repetimos, acrescentem-se ainda os de "O que é - simpatia", que transcrevo das anotações de Sousa:

"versos 4, 7, 16 e 18 - Na edição de 1859 está "dois", e não "dous", como trazem algumas edições posteriores.

verso 17 - Está "semelhante", e não "similhante", como se lê em várias edições posteriores à de 1859."

O poema "A J...", de número 81 na edição de Casimiro repete a lição da Revista Popular, do editor Garnier; e provoca as seguintes palavras de Mestre Sousa da Silveira:

"Esta poesia, que não vem na edição de 1859 das Primaveras, é uma daquelas cujo texto corre mais deturpado. Não sei, mesmo, se haverá alguma edição das obras de Casimi

ro que o traga com fidelidade... No verso 10 umas têm "ẽ" em vez de "se", com vírgula depois de "piano" no verso 11, e todas (pelo menos as que consultei) põem ponto final depois de desperta, tomando este particípio por 3a. p. do indicativo presente do verbo "despertar", e tiram o travessão que se segue a "pesadelo". Enfim, fazem certa embrulhada, não totalmente privada de sentido, mas que está longe, bem longe, de ser a linguagem cristalina, límpida, transparente - apanágio de Casimiro - que o texto da Revista Popular, aqui transcrito, oferece:

"Mas se dõcil a teus dedos
O teu piano palpita,
Se derramas teus segredos
Nessa harmonia infinita,
Nessa queixa vaga e incerta,
Então minh'alma - desperta
Desse fatal pesadelo -
Sacode o manto de gelo,
Banha-se em novo fulgor."

A propósito do verso

"Meu Antônio, para mim não trazes nada?,"
atribuído a Camões na cena dramática Camões e o Jau (verso 35), diz Sousa da Silveira:

"Deve ler-se numa sílaba ou "para", isto ẽ, "p'ra", ou "Meu An". Edições posteriores suprimiram o possessivo "meu", evidentemente para evitar o "p'ra" ou a leitura monossilábica de "Meu An". Olharam sã para o que supunham perfeição da forma; não olharam para a função estilística do possessivo, denotador, aqui, de uma familiaridade

carinhosa; e não olharam, o que é mais grave, para o respeito que se deve ao autor, que em geral é, como neste caso, uma personalidade literária e não um estudante que apresenta a um mestre qualquer um tema para ser corrigido. Casimiro procurou salientar pela linguagem de ambos os personagens da cena o afeto recíproco entre o senhor e o escravo."

Não poucas vezes, o olhar penetrante do crítico percebe o erro, mas não tem como confirmá-lo. E eis que a modéstia segura dos verdadeiros conhecedores lhes domina as palavras. Está neste caso a nota que esclarece particularidade de um trecho de Afonso Arinos, aquele mesmo transcrito em Trechos Seletos, pág. 124:

"bãtegas - está batêgas, que, se não é erro tipográfico, indica uma pronúncia que não conheço desta palavra."

Em Casimiro, ainda na cena Camões e o Jau, o verso 67,

"Antônio, diz-me cã; tu nuca amastes?"

mostra confusão de flexões nos dois verbos. Sousa se estende em segura explicação do fato. Tenho o depoimento curioso de antigo Professor da Escola Normal do Rio, o Prof. José Ventura Bôscoli, que reconhecia a tendência da linguagem corrente à confusão aqui assinalada, e lhe punha freio obrigando as alunas a soletrarem a desinência do singular. Recitavam, então:

cantei, cantas - te - e - te

O verso 106 do mesmo texto é

"O senhor! o pobre jau não terá nunca,"

e apresenta dificuldade de metrificação, de que decorre o ensinamento de se ler /sʔor/, ou /sior/, sem a nasal, numa sô

sílaba. Denuncia ainda Sousa da Silveira:

"Edições posteriores suprimiram a interjeição vocativa, certamente para que se lesse dissilábico o vocábulo senhor; não repararam, porém, na força que tem aqui a interjeição como precioso elemento da linguagem sentimental de todo este verso."

Correções há que nos espantam: certos editores alteram o texto segundo a inconstância da sua vontade. É o que mostra Sousa na poesia Violeta:

"- Se eu deixo as rosas do prado
E são por ti - violeta!"

quando comenta:

"Assim está na edição de 1859, e não a rosa, como trazem edições posteriores. O plural dá mais força ao pensamento. De fato, a violeta devia sentir-se mais lisonjeada sabendo que por ela o poeta deixava as rosas do prado e não são a rosa. Deixar todas vale mais do que deixar uma só."

A longa série de exemplos, que até agora venho repetindo, serve de mostrar a dimensão exata deste grande editor de textos que foi Sousa da Silveira.

Discernimento, bom-gosto e, sobretudo, profundo conhecimento da literatura brasileira e portuguesa - eis os instrumentos de que serviu, diuturnamente, para explicar textos fidedignos.

DOAÇÃO

De: _____

_____ 1900,00 _____

Em 03/12/1990

22

1908
MAY 15
1908

